TAPUIAS DO NORDESTE

TH. POMPEU SOBRINHO

Verificar a que grupo étnico-linguístico pertence cada uma das numerosas tribus tapuias que campeavam no território do nordeste brasileiro é empresa por demais árdua; problema cuja solução parece estar muito distante. Ainda por muito tempo os resultados de todas as pesquisas empenhadas neste sentido serão mais ou menos grosseiramente incompletos.

Os dados da questão que atualmente chegam às nossas mãos se mostram desanimadoramente deficientes e de tal forma confusos e suspeitos que exigem imediatamente um penoso trabalho de seleção, expurgo e critério muito rigoroso de interpretação. Constam ordinariamente de relatórios, cartas e crônicas mal apanhadas e viciosamente registradas em vista do espírito apaixonadamente político e religioso do tempo. Sem nenhum interesse de ordem científica, estes documentos que se vão desenterrando dos velhos arquivos revelam quando muito trechos de verdades que cumpre surpreender com paciência e perspicácia de entre um acervo enorme de cousas inuteis ou de somenos interesse para o caso.

O material etnográfico e etnológico que se vem colhendo cada dia e enriquece as coleções folclóricas e, especialmente, os museus de história e etnologia, merece particular referência. Conhecemos interessantes objetos indígenas do nordeste do Brasil no Museu Nacional, no Museu de Ipiranga (S.-Paulo), no valioso museu do Dr. Simões da Silva (Rio-de-Janeiro). As coleções dos Institutos Históricos e Geográficos da Baía, de Pernambuco e da Paraiba encerram escasso material tapuia. No Ceará, consultam-se com relativo proveito as coleções do Museu Rocha, as coleções do Autor, do Dr. Baltar e do Arqui-

vo Público. Estas coleções constam de objetos de pedra, machados, raspadores, ponções, pilões, mós, amuletos, tembetás, contas, pontas de flechas e de lanças, etc. Mais instrutivos são os objetos de cerâmica, vasos de vários tipos, cachimbos, trinchos de fusos, pesos para rede de pesca, etc. Igualmente interessantes são peças de esqueletos e restos de tecidos de palha (esteiras) e raros objetos de osso trabalhado.

Há ainda que considerar os recursos proporcionados pela vasta toponímia tapuia que os sertões fixaram. A exploração de uma tal fonte de informações, porem, oferece dificuldades muito sérias e pode dar lugar a erros grosseiros.

Em 1584, o jesuita Fernão Cardim escreveu os "Tratados da Terra e Gente do Brasil", depois de perlustrar trechos do litoral nordestino, onde se lhe deparou oportunidade de observar e praticar com os índios tupís. Mas, quanto aos tapuias, as suas referências são escassas e confusas e se apoiam nas informações dos tupís. Todavia, registra o nome de 76 nações de tapuias, onde figuram algumas do Nordeste. Ora, em geral, aqueles selvagens não estimavam os tapuias, que designavam, não pelo próprio nome da tribu, mas por uma palavra da sua lingua, de significação deprimente. Deste modo a contribuição de Cardim para o conhecimento destes índios é quase nula.

As primeiras noções sobre os costumes dos tapuias leem-se na "Relação do Maranhão", escrita em 1608 pelo padre Luiz Figueira, que esteve em contacto com estes ameríndios na sua célebre excursão à serra da Ibiapaba, no ano de 1607, a mandado do padre Fernão Cardim. Martim Soares Moreno faz ligeiras referências aos tapuias cearenses na "Relação do Ceará", escrita em 1618. Tambem breves referências a este povo dos sertões nordestinos vamos encontrar nos "Diálogos das Grandezas do Brasil", redigidos nesse mesmo ano, por autor anônimo.

Antes de Figueira, o inteligente colono português Gabriel Soares, na Baía, onde residia, escreveu uma verdadeira *história natural* do Brasil de seu tempo; mas, ao tratar dos tapuias, sobretudo nordes-

tinos, o faz por informações dos tupinambás, de modo assaz deficiente, confuso e fantástico. O seu interessantíssimo trabalho, intitulado "Tratado Descritivo do Brasil", é de 1587.

Os cronistas franceses, padres Ivo D'Evreux e Claude D'Abeville pouco adiantam no que diz respeito aos tapuias; os seus escritos são da segunda década do XVII século. O mesmo há que se dizer quanto aos do padre Bertendof.

Fontes de informações mais proveitosas temos nos escritores e pintores neerlandeses de Nassau e nos documentos escritos que vários pesquisadores nacionais e estrangeiros vão descobrir no Arquivo Real de Haia e outros dos Paises-Baixos e trazer à luz da publicidade. Compreendem o período do domínio holandês no Brasil, 1630 a 1654.

Os arquivos portugueses nestes últimos anos sobretudo vem fornecendo um avultado número de interessantes documentos relativos à história colonial do Brasil, onde, aquí e alí, podemos deparar material util ao assunto em apreço.

Finalmente, as *datas de sesmarias* concedidas na Baía, Pernambuco, Ceará e Paraiba revelam curiosas surpresas. Sobre vários aspectos, elas nos ministram valiosos informes a respeito dos tapuias desta região.

Antes da guerra holandesa, o conhecimento dos tapuias dos sertões do Nordeste era muito escasso. Geralmente, o que se sabia a seu respeito era através de suspeitas informações dos índios tupís; todavia, depreende-se da narrativa do padre Figueira que os portugueses, já nos últimos anos do primeiro século do descobrimento e nos primeiros do XVII século, tinham um certo comércio com os tapuias do baixo Jaguaribe, com quem se confederavam para escravizar *petiguaras*.

Os holandeses procuraram os tapuias e os atraíram com agrados e concessões especiais; fizeram-nos seus aliados nas lutas contra os portugueses e índios tupís. O exemplo foi em parte seguido pelos contrários.

Após a expulsão dos batavos, a necessidade de prover os engenhos de escravos e o interesse pela catequese dos selvagens deram lugar às primeiras *entradas* nos sertões, que foram devassados por gente que se internava partindo do litoral pernambucano, e por bandeirantes paulistas, que chegavam pelo rio São-Francisco. Isto ocorreu sobretudo na segunda metade do século XVII. A procura de novas pastagens, alem do litoral, foi outro incentivo para a penetração do *hinterland*.

Segundo Hervás (1), os KARIRIS que inquietavam a capitania da Baía foram pacificados pelo padre João de Barros, que, em 1650, os aldeou nas missões de Canabrava, Saco, Natuba e Jurú; as três primeiras constituiram os primórdios de Pombal (do Itapicurú), Soure e Mirandela, respectivamente.

Padres franceses, em 1656, fundaram aldeamentos de tapuias Kariri no Rio São-Francisco, de modo que, em 1687, já existiam alí seis missões destes índios. Em 1670 ou pouco depois, o padre Teodoro de Lucé instala as primeiras missões de tapuias na Paraiba, a cerca de 30 leguas da capital, nos lugares Boqueirão e Campina-Grande, sobre a serra da Borborema. Não tardou que duas bandeiras se organizassem e por aí penetrassem sertão a dentro, atingindo a bacia do alto Piranhas, onde recentemente havia estado o paulista Jorge Velho preando índios. Jorge Velho e Domingos Mafrense, tambem paulista do São-Francisco, por aquele tempo, já tinham penetrado pelo Piauí, e lá, em grandes latifúndios, situaram muitas fazendas de gado.

Os sertões do Rio-Grande do Norte e do Ceará só mais tarde foram devassados; e isto mesmo depois de tremendas lutas com os tapuias *Tarairius* e *Kariris*, lutas que exigiram a cooperação dos paulistas, já afeitos à arte de destruir índios ou escravizá-los.

O baixo Jaguaribe teve as suas primeiras *situações* (fazendas de criar) nas duas últimas décadas do XVII século. No começo do seguinte, os co-

(1) — «Catálago de las Lenguas».

lonos avançaram pelas ribeiras do próprio Jaguaribe e dos seus principais afluentes, Palhano (então chamado Bonhú), Banabuiú e Figueiredo, levando uma vanguarda de homens destemerosos que instalavam *casas fortes* com que eficazmente se defendiam da natural reação provocada nos tapuias espoliados.

Em 1705, são concedidas as primeiras sesmarias no rio Salgado, domínio dos tapuias icós.

Pelo meado deste mesmo século, entretanto, já quase todos os recantos do Rio-Grande e do Ceará estavam colonizados e mais ou menos habitados por gente branca, oriunda de S.-Paulo e Baía através do rio S.-Francisco, de Cergipe, Alagoas ou Pernambuco e Paraiba. Poucos negros e muitos mamelucos iam rapidamente substituindo a população tapuia dos sertões.

A cultura tapuia, de carater continental, distinguia-se nitidamente da cultura tupí, essencialmente litorânea no nordeste do Brasil, ao tempo das primeiras tentativas de domínio europeu. Em muitos pontos, a civilização tapuia se mostrava superior e mais humana do que a tupí; em outros, porem, principalmente no que se relacionava com a arte da guerra, se revelava sensivelmente inferior. O tapuia, tanto *Tarairiu* como *Kariri*, ainda manejava o propulsor de dardos que os *tupís* litorâneos já não usavam.

Entretanto, os *tupís* consideravam os *tapuias* como gente inferior, espécie de *bárbaros* americanos. Para nós, *tapuia* é o índio não tupí, o ameríncola que não se expressa na lingua geral ou qualquer dos seus dialetos, mas fala uma lingua *travada*, conforme a pitoresca designação dos cronistas coloniais.

Na vasta região nordestina do Brasil, entre os rios S.-Francisco e Parnaiba, era possivel definir ainda no período protocolonial três áreas culturais.

A *litorânea*, dos tupís que dominavam a costa, donde, em vastos tratos, se presume tinham expelido os tapuias. Esta área projetava para o interior tentáculos de relativa pouca importância, como nos

nações—Canindé e Jenipapo. Posteriormente, ainda este aldeamento foi transferido para o pé da serra de Baturité, onde está hoje edificada a cidade deste nome.

Os índios *Jenipapoaçú* foram aldeados pelo padre Antônio Caldas Lobato no lugar S.-João do Jaguaribe, perto da foz do rio Figueiredo. No lugar Araré, perto da barra do rio Bonhú, hoje Palhano, foram aldeados em 1697, pelo padre João da Costa, os índios *Paiacús*.

Os *Jenipapoaçús* viviam na ribeira do Jaguaribe e se não haviam ainda aldeado em 1699, embora fossem eles *paiakus*, pois, conforme o testemunho de José Barbosa Leal (carta de 20 12-699 a D. João de Lancaster, *in* Rev. do Instituto do Ceará), tanto estes tapuias, como os do rancho de Matias Peca, que o padre João da Costa missionava, «tem o nome de *Paiacú*». Portanto, os tapuias que formavam o rancho do Jenipabuçú, como os que constituiam o rancho de Matias Peca, eram *Paiakus*, então aldeados, uns no Jaguaribe, no lugar Araré, e outros no Podí (Rio-Grande do Norte). Algum tempo depois, outros índios, provavelmente desgarrados do rancho do Jenipabuçú, pois tinham este nome, eram aldeados no lugar S.-João, à margem do rio Jaguaribe. Temos aquí, consequentemente, 3 aldeias de *Paiakus*.

Os tapuias *Jandoins* eram muito chegados aos *Paiakus*, com quem, de ordinário, se confederavam para atacar os colonos que os maltratavam. Existe um curioso documento que informa ser a gente do *Jenipabuçú* da nação *Paiaku*. Eis o trecho que dele nos interessa: «a dita nação Payacu, tanto de Mathias Seixas (rancho de) como do Cardoso (8) e do Genipabussu e da aldeia do Apody e a do Capitão mór Joan de Barros...» (Ver «Bando que Mandou Lansar o Capitão mór Prazido de Azevedo Falcão, sobre as

---

(8) — Este Cardoso talvez seja o índio jenipapo Miguel da Silva Cardoso, que, em 1739, fora pelo Capitão-General de Pernambuco, Henrique Pereira Freire, nomeado capitão da aldeia do Banabuiú.

ra para o seu seringal, para lá morrer, como o marido.

José Gabriel de Melo, pai do Comendador, nasceu a 15 de Janeiro de 1797, casou a 15 de Janeiro de 1816 e veio a falecer em 1877, no Purús. Contava, pois, 80 anos de idade.

Rosa Maria da Conceição, a mãi, nasceu em 1799 e faleceu, no Mundaú, a 31 de Outubro de 1887, com 87 anos, sendo sepultada em São-Francisco da Uruburetama.

Estes tiveram 15 filhos, dos quais sobreviveram 12, que deixaram grande prole.

Os pais de Mariana Paz foram Antônio Paz de Ávila, nascido a 28 de Fevereiro de 1784 e falecido em Agosto de 1858, e Jacinta Maria de Jesús, nascida a 2 de Outubro de 1791 e falecida a 11 de Janeiro de 1857, casados a 10 de Janeiro de 1808; ele, filho de Lourenço Paz de Ávila e de Josefa Maria da Paixão, casados a 26 de Outubro de 1772; ela, filha de João Vidal de Carvalho, falecido a 21 de Setembro de 1825, e de sua mulher Bárbara Maria da Conceição, falecida em 1833, casados a 7 de Janeiro de 1790.

José Gabriel de Melo era filho de Aleixo Celso de Moura, nascido a 4 de Dezembro de 1772, e Francisca Antônia da Palma, nascida a 28 de Maio de 1773, casados em 1796; aquele, filho de Francisco de Moura Sousa e de Maria da Conceição e Melo; esta, filha de Manuel Francisco de Melo e Ana Maria Genoveva, casados a 26 de Janeiro de 1768, na capela da Almófala.

Rosa Maria de Jesús era filha daquele João Vidal de Carvalho e de Bárbara Maria da Conceição; aquele, filho de Germano Fernandes de Sousa, falecido a 17 de Novembro de 1781, e Francisca Ferreira da Silva; esta, filha de Felix Pereira Coelho, nascido a 29 de Fevereiro de 1728, e de Maria da Assunção de Moraiz.

Ainda tenho elementos para remontar-me às origens de toda essa gente, mas já me vou tornando enfadonho com a enumeração de tantos nomes, de que já nem existe memória. Para dar apenas uma

idéia da proliferação de tantas famílias, basta dizer que os pais de João Gabriel tiveram 15 filhos, os de Mariana Paz, sua mulher, 11; os avós, Aleixo Celso de Moura, 8, João Vidal de Carvalho, 12, e Lourenço Paz de Ávila, 8, dos dois matrimônios. Todos com muita geração, especialmente na zona de Uruburetama.

Nem se pense que essas origens são tão humildes, que não mereçam um estudo; não tem, certamente, como outras do Ceará, quiçá do Brasil, presunções de fidalguia ou nobreza, mas não desdoiram aos que hoje se orgulham de ser parentes do comendador João Gabriel de Carvalho e Melo.

("Almanaque do Ceará", ano corrente.)